

# Algumas concepções actuais de Durkheim sobre a educação

ANTÓNIO CANDEIAS (\*)

## 1 — Introdução

Tentaremos proceder a uma breve análise da obra educativa de Durkheim, focando alguns dos aspectos desta obra que nos parecem mais interessantes e actuais.

Quando nos referimos a aspectos actuais no trabalho de Durkheim sobre a problemática educativa, queremos falar de conceitos que marcam actualmente a produção teórica sobre educação, e que em grande parte encontraram as suas raízes nos princípios do século XX.

Acontece que este autor foi talvez um dos teóricos mais originais da época, encontrando-se dentro de um sistema teórico funcionalista, extremamente virado para a acção, que caracteriza quase toda a sua obra (em especial no que se refere aos problemas educacionais), inscrevendo-se no vasto movimento de reformas da França da transição do século.

Com efeito, seja ao nível da acção, ou da sua obra teórica, as referências por parte do autor a questões educativas, são constantes, ilustrando bem as suas concepções no que

se refere às relações existentes entre um sistema social e um sistema educativo.

De facto, se o problema das relações entre um sistema político-social e um sistema educativo, não é um problema novo em si, é com autores do século XIX e XX, que ele é transformado na forma como hoje o concebemos.

De facto, queremos com isto dizer que quase todos os grandes teóricos, desde sempre se referem, quer de uma forma explícita, quer de uma forma implícita, a estas relações: de Platão a Rousseau, todos estes autores têm uma obra que se divide entre a preconização de sistemas políticos por um lado e de sistemas educativos por outro.

O mesmo se passa com autores apresentados como sendo estritamente políticos: de Proudhon a Marx, de Bernstein a Jaurès, de Bakhounine a Lénine, passando por Kropotkine, uma parte das preocupações destes autores, cuja obra aliás esteve longe de se limitar à teoria, vira-se, com efeito, para os problemas da educação.

No entanto, e mesmo tendo em conta que esta questão (relações sociedade-educação) não é nova, torna-se necessário salientar a

---

(\*) Docente no ISPA, DEA em Ciências da Educação da Universidade de Paris X, Nanterre.

originalidade com que Durkheim as estabelece e caracteriza.

Saído de uma certa tradição socialista que estabelece a necessária ligação entre um sistema de produção que determinará um sistema educativo, Durkheim, dentro do seu esquema teórico funcionalista, preocupar-se-á mais em tentar construir um sistema coeso de sociedade, por oposição ao sistema de ruptura marxista, passando assim para segundo plano as questões relativas à luta de classes, que nesta última óptica caracterizaria precisamente o sistema de produção, e logo, o sistema educativo.

Aquilo que liga estes dois autores é precisamente a visão «sociológica» que ambos têm da educação, isto é, o facto de um sistema social (Durkheim) ou um sistema de produção (Marx) determinarem um sistema educativo.

Creemos ser absolutamente necessária a compreensão deste tipo de posições para a análise das concepções de Durkheim relativas ao problema da educação.

De uma forma breve, para estes autores, a sociedade determina o sistema educativo e este deve ser um contributo para a sua estabilização e efectivação.

Quando muito, num sistema marxista a educação num sistema burguês, poderá ser mais uma frente de luta, mas uma vez instaurada a sociedade socialista, ela (a educação) terá os mesmos fins que os preconizados por Durkheim: estabilização, efectivação e desenvolvimento da sociedade vigente.

Este tipo de questões será brevemente analisado neste artigo.

Mas a obra de Durkheim, longe de se esgotar aqui, avança por caminhos que nos levam mais longe nos aspectos de originalidade e actualidade.

Assim, temos por exemplo, a constante preocupação do autor em «decifrar» os aspectos psicossociológicos da educação, apontando a psicologia como um método para chegar a finalidades indicadas pela sociologia.

Este tipo de «procedimento», que é hoje banal (veja-se a introdução da psicanálise e das teorias de grupo no campo da educação), deve-se em parte ao trabalho teórico de Durkheim.

Enfim, outro aspecto que contamos focar, mesmo parecendo tratar-se de um tema relativamente ultrapassado, prende-se com a definição dos aspectos morais que segundo o autor, deveriam presidir às concepções educativas da época.

Não nos iludamos porém: o que está ou parece estar ultrapassado nesta questão prende-se sobretudo à linguagem utilizada pelo autor e à franqueza com que as suas sugestões são feitas.

Assim, quer se trate do papel que o sistema educativo «deve» tomar, assegurando a transmissão das «regras e valores morais», quer se trate do próprio conteúdo desses valores morais, o que muitas vezes nos parece desactualizado é a franqueza algo chocante, nos nossos tempos mais «sofisticados», com que estes aspectos são expostos na obra de Durkheim.

Para terminar esta pequena introdução, restam-nos dois aspectos a salientar:

- a) O facto de acharmos extremamente interessante a obra educativa do autor, sobretudo como uma tentativa de compreensão da estrutura ideológica da educação pública nos fins do século XIX e princípios do século XX, não nos leva a abdicar de grelhas de análise críticas actuais, que precisamente nos ajudarão, talvez, a melhor compreender essas estruturas. Com efeito, conceitos como «hegemonia», e «aparelhos ideológicos do Estado», são uma preciosa contribuição para a explicação do papel que a educação tomou e ainda hoje toma. Recorreremos a eles sempre que necessário.
- b) Torna-se imprescindível também, levar a cabo, uma ainda que breve, análise

histórica dos tempos que viram nascer a obra de Durkheim.

Podendo-se em parte considerar esta obra como actual, ela não deixa também de ser um produto da época conturbada em que o autor viveu, e não tentar analisá-la, levar-nos-ia a mutilar a própria obra do autor.

É por esta breve análise que continuaremos o artigo.

## 2 — *Enquadramento histórico-social da obra de Durkheim*

O nascimento da era industrial moderna e o triunfo definitivo da revolução burguesa nos países industrializados da Europa e Estados Unidos, aparece relacionado, por muitos autores, com a grande crise económica de 1873, causada pela «... superprodução generalizada das indústrias siderúrgicas e têxteis...» (Riaux, 1971, p. 142).

Com esta crise e sua ultrapassagem, parece dar-se um reforço e estabilização do domínio burguês nos aparelhos de Estado.

Concretamente no caso francês, a burguesia, esmagando a «Comuna», um dos últimos movimentos operários «antigos», estabelecendo a paz com a Alemanha e instaurando a III República, tenta levar a cabo uma estabilização do seu poder no aparelho de Estado francês. Mas a catástrofe esteve muito próxima para que os novos governantes não reflectam sobre as suas possíveis causas.

Com, por um lado, uma forte tendência monárquica sempre ameaçadora, e por outro a força do movimento operário, que se recompõe, lenta mas seguramente, da derrota da Comuna, a burguesia francesa, que detém o controle do aparelho produtivo moderno, tenta estender o seu poder político à sociedade civil, exercendo um sistema de alianças, cuja hegemonia social, cultural e política é, no entanto, por ela assegurada.

A instituição da escola laica e obrigatória de J. Ferry, na década de 80, deve portanto ser encarada como, por um lado tratando-se de uma resposta à complexificação do aparelho produtivo, que exige do operário um nível mínimo de instrução, assim como dá origem à criação de um sector terciário cada vez mais importante; e por outro lado esta instituição deve assegurar a inculcação de modelos sociais, morais e culturais, que tentarão subtrair os camponeses à influência da igreja, fortemente monárquica, e controlar os operários — essas «classes trabalhadoras-classes perigosas» (Chevalier, 1978) — tentando afastá-los do «caminho da revolta», combatendo as ideias revolucionárias que tanto parecem atrair estas classes.

Pode-se reconhecer aqui a construção, no sentido gramsciano, da sociedade civil: «... os órgãos de superestrutura que permitem a direcção intelectual e moral da sociedade, obtendo o consentimento e adesão das classes subalternas...» (Grisani, D; Maggiari, R.; 1973).

O exemplo do recém-formado Estado alemão, onde esta «construção» se encontrava num estado de desenvolvimento muito superior, fez reflectir os políticos franceses, que se apressam na imitação deste modelo, nomeadamente através de um forte desenvolvimento de uma rede escolar pública.

Para isso, são enviados para a Alemanha vários estudantes e professores encarregados de investigar e estudar as realizações alemãs neste capítulo da educação. Durkheim fez parte de uma dessas «missões».

Será tendo em conta o que atrás foi exposto que melhor se poderá compreender o conteúdo e a finalidade da obra educativa de Durkheim: a construção de uma nação forte, porque unida sob a hegemonia burguesa. Para que estes fins sejam alcançados, o autor não se engana quando sublinha a importância do sistema educativo popular, na continuação da obra de Ferry. Daqui se poderá também compreender a importância concedida por Durkheim ao «conteúdo» da

nova educação, nomeadamente no respeitante ao que o autor considera a «base» desse conteúdo: os aspectos morais.

Depois deste breve enquadramento histórico da obra do autor, passaremos a expor um resumo de três dos aspectos que consideramos importantes e actuais na obra de Durkheim.

Trata-se dos três pontos já mencionados no primeiro capítulo: as relações entre sociedade e educação, os aspectos morais da «nova educação» e os procedimentos sugeridos por Durkheim para os aplicar.

### 3 — *Relações entre a sociedade e a educação*

A posição de Durkheim relativamente à natureza das relações entre a sociedade e o sistema educativo pode, com efeito, não só ser considerada inovadora na época em que foi formulada, mas também actual.

Esta posição de Durkheim pode ser enquadrada, como atrás vimos, numa corrente sociológica propriamente dita, da educação.

Com efeito, o autor considera a educação como sendo um «facto social», que terá como finalidade a preparação da criança para as diversas tarefas que serão determinadas pela sociedade.

O autor critica fortemente as noções de educação apresentadas por outros autores anteriores a ele, tais como Kant, J. S. Mill, etc.: «Segundo Kant, a finalidade da educação seria a de desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele seria susceptível...» (Durkheim 1966, p. 32). Rendendo homenagem à «nobreza» das posições «individualistas» de Kant, Durkheim aponta no entanto a impossibilidade de levar à prática tais posições: «... mas se, em certa medida, este desenvolvimento harmónico da criança é necessário e desejável, ele não é integralmente realizável, porque se encontra em contradição com uma outra regra da conduta humana que não é menos importante: a que nos designa a consagração a uma ta-

refa específica e restrita...» (Durkheim, p. 32).

É assim que, e devido aos imperativos da sociedade — nomeadamente no que diz respeito à divisão mecânica do trabalho, que salienta a importância da especialização — o desenvolvimento «integral» do homem não será possível, podendo-se quando muito atenuar os males desta «especialização» através de uma base educativa comum a todas as crianças, que abriria novas perspectivas ao futuro trabalhador, fundindo-o, simultaneamente, num todo nacional: «Sem dúvida que esta especialização não dispensa uma certa base comum, e portanto, um desenvolvimento das funções tanto orgânicas como psíquicas, sem as quais, quer a saúde do indivíduo, quer a coesão social, seriam afectadas...» (p. 33). É, com efeito difícil ser-se mais claro no respeitante à função social da educação.

E o autor vai mais longe, demonstrando que a própria sociedade cria o tipo de educação que lhe convém.

Para isto, Durkheim debruça-se sobre os sistemas educativos existentes em Atenas, Roma e Idade Média europeia, sublinhando o facto de estes se adaptarem às necessidades políticas e sociais das sociedades que os criaram.

Negando de uma forma explícita a autonomia de um sistema educativo face à sociedade, o autor sublinha que este, não tendo razão de existir senão como uma excrescência desta última, terá como finalidades «... suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que dela reclamam, a sociedade política no seu todo, e o meio específico ao qual ela é particularmente destinada...» (p. 41).

Com efeito, não há a mínima ambiguidade nestas posições de Durkheim, e nelas se podem reconhecer duas funções que os sociólogos da Educação atribuem aos sistemas educativos actuais:

- a) a «Expectativa social» (tradução livre de *Demande sociale*) — «... que dela reclamam, a sociedade política no seu todo...»;
- b) a «Comande sociale (\*)» — «... que dela reclamam... o meio específico ao qual ela é particularmente destinada...».

Assim, os dois principais aspectos através dos quais se exerce a influência de uma sociedade sobre um sistema educativo, isto é, a «Expectativa social», reflexo da ideologia hegemónica das classes que detêm o poder e a *Comande sociale*, reflexa da divisão do trabalho, característica de uma sociedade industrial, estão, portanto, presentes de uma forma bem clara nas finalidades que Durkheim atribui aos sistemas educativos.

Interessante seria o estudo das relações existentes entre estes dois conceitos, «Expectativa social» e «Comande sociale», particularmente no que diz respeito às possíveis alterações da «Comande sociale» em sociedades contemporâneas, mas em que, teoricamente, a «Expectativa social» será diferente, tendo em conta que as classes no poder são também diferentes. Referimo-nos aqui, portanto, a uma comparação entre as sociedades do bloco capitalista e as do bloco socialista.

Interessante, sim, mas ultrapassando, no entanto, o âmbito deste artigo.

Vemos portanto, através das posições que atrás foram expostas e do tipo de problemas que elas levantam, que pelo menos no que diz respeito às relações entre uma sociedade e um sistema educativo, a obra de Durkheim está longe de se poder considerar ultrapassada e falha de interesse.

#### 4 — Os aspectos morais da «nova educação»

Debruçar-nos-emos a partir de agora sobre o problema da educação moral, tal como

(\*) Não conseguindo uma tradução deste termo, que considerássemos adequada, preferimos mantê-lo no original.

ela é concebida pelo autor. Em princípio, parece tratar-se de um problema ultrapassado nos nossos tempos, e muito ligado ao contexto da época.

No entanto, não nos apressemos neste tipo de conclusões: partindo do princípio que os aspectos morais explicitamente indicados nos manuais de educação constituem a parte mais «clara» da inculcação ideológica que inunda um sistema educativo, não poderemos duvidar da actualidade das posições de Durkheim.

Para isto, bastava citarmos, entre outras obras, *A Escola e A Sociedade* (Mollo, S., 1970) e *A Ideologia e a Escola Primária* (M. F. Bivar).

Mesmo que a actualidade desta problemática não seja directa nos nossos dias, para compreendermos a sua génese devemos, com efeito, debruçar-nos sobre a obra de Durkheim, sobretudo nos dois aspectos que se seguem:

- a) as razões que levam Durkheim a pôr o problema da educação moral;
- b) a maneira como o faz, isto é, os procedimentos que o autor utiliza para a construção dos elementos fundamentais da «nova moral».

Assim, e no respeitante ao primeiro aspecto, é clara a maneira como Durkheim sente a necessidade de fornecer, ao nível da superestrutura, uma definição dos aspectos morais e culturais que devem caracterizar a nova sociedade.

O autor pressente de uma forma muito nítida a emergência de um novo período histórico e social, um período, portanto, de crise; nesta mutação, Durkheim sente a necessidade de «apagar» os elementos «ideológicos» constitutivos dos tempos passados, assim como a urgência de fornecer novas fórmulas e ideais, mais «convenientes» para os «novos tempos». Durkheim é extremamente claro sobre o papel a desempenhar por esta nova moral em criação.

Com efeito, segundo o autor, «... é neste aspecto do nosso sistema pedagógico que a crise atinge o seu máximo... é aí que a confusão é mais profunda, e ao mesmo tempo, mais grave. Porque tudo aquilo que poderá ter como efeito o facto de diminuir ou perturbar a eficácia da educação moral, tudo o que faz com que a sua acção se torne mais incerta e semeada de dúvidas, ameaça a moralidade pública nas suas raízes mais profundas...» (Durkheim, 1938).

É evidente que esta ameaça não pode senão levar-nos à dissolução do tecido social existente, à desordem, à revolução social, a um estado de anomia, causa para Durkheim de todos os males da sociedade.

Tornando-se assim claro que a crise existe e que a ameaça de «imoralidade pública» não é uma ameaça vã, torna-se portanto necessário criar uma nova moral, que substitua a antiga moral religiosa, incapaz de fornecer directrizes do comportamento para a nova sociedade. Tratar-se-á, aqui, da nova moral laica e republicana, que inundará, entre outros, os textos políticos da estrutura republicana portuguesa dos anos 10-20 deste século.

Para a definição desta moral, Durkheim procede de uma forma muito corrente em qualquer «reformador», e que neste caso consiste na separação daquilo que é fundamental da antiga estrutura moral, e a sua junção e fusão com os novos aspectos que se adaptarão à nova realidade social.

Concretamente neste caso, o procedimento consiste numa separação entre os aspectos da vida espiritual, assegurados pela religião, que deixarão de ter uma tradução na prática corrente, da acção, das normas a seguir no dia a dia. A religião passará assim a ser uma questão moral vasta e vaga, perdendo a legitimidade de ditar as leis por que se regerá a nova sociedade industrial.

Trata-se de uma fórmula de compromisso, cujo caminho vinha sendo preparado desde o Renascimento, e que encontra a sua expressão mais clara, ainda que não domi-

nante na época, nos apologistas das «ciências da Natureza» (Newton, etc.), que se debruçam sobre a «realidade dos factos», face às interpretações deísticas e idealistas dos teóricos ligados à estrutura cultural do «Antigo Regime».

Assim, a nova moral laica e republicana consistirá na aplicação de um certo número de preceitos, códigos de conduta e de valores separados da antiga estrutura religiosa.

Mas como já atrás foi dito, Durkheim tenta recuperar da religião essas «realidades morais que estão dissolvidas nas concepções religiosas...», e aplicá-las às novas realidades: «... torna-se necessário descobrir essas forças morais que os homens até ao momento não souberam representar, senão através de alegorias religiosas; é necessário desembaraçá-las dos seus símbolos, apresentá-las na sua nudez racional e encontrar a forma de fazer com que a criança sinta a sua realidade, sem recorrer a qualquer intermediário mitológico...» (Durkheim, p. 38).

Assim, para Durkheim, os três elementos constitutivos da nova moral laica e republicana, serão os seguintes:

O racionalismo, o individualismo e a justiça fundada na razão. Mas mais que estes três elementos, interessam-nos sobretudo os conceitos que Durkheim define e que serão aplicados nas escolas, e cuja finalidade será precisamente permitir a inculcação dos três elementos atrás mencionados, o que definiria a nova moral: trata-se dos conceitos de «espírito de disciplina», «pertença aos grupos sociais» e «autonomia da vontade». É este último conceito que Durkheim considera mais característico e importante dos aspectos constitutivos dos elementos chave que definem a nova moral e, como tal, será este o centro da nossa breve análise.

Trata-se, com efeito, através deste conceito, de uma tentativa de conciliação do determinismo social que caracteriza toda a obra de Durkheim, com a possível (difícil para o autor) autonomia do ser humano.

Assim, segundo Durkheim, se no antigo sistema moral religioso, esta autonomia seria impossível devido à existência de preceitos que não poderiam ser compreendidos pelo ser humano, porque fundados na noção de Deus, o que vai caracterizar a autonomia individual, segundo a moral laica, será a possibilidade que o ser humano terá de *escolher*.

Mas para escolher, será necessária a existência de um critério que, longe da inacessibilidade da palavra divina, deverá ser um critério passível de ter como fundamento a «razão»; em suma, este critério é a ciência. Será a ciência que nos poderá dizer o que é *verdadeiro* e o que é falso, e será a possibilidade de demonstração racional que nos fará *compreender* a razão de ser da aceitação de uma regra moral; esta racionalidade, vai-nos portanto permitir a introjecção da regra, operação que exclui, naturalmente, a possibilidade de rejeição, sem que com isso se caia no «desvio», uma vez que a regra é determinada «cientificamente» e, como tal, absolutamente verdadeira.

Trata-se aqui de uma concepção de raiz positiva e «à la limite», podendo dar origem a comportamentos de índole totalitária, concepção essa, infelizmente muito espalhada nos nossos dias, através, entre outros, dos neo-positivistas das ciências humanas.

Quase todas as sociedades, independentemente dos seus fundamentos ideológicos, têm feito uso deste tipo de concepções, que se traduzem numa repressão clara ou sofisticada dos «desvios», quer estes tenham o aspecto especificamente político, ou outro qualquer.

Parecem-nos, portanto, tristemente actuais estes aspectos da obra de Durkheim, que independentemente da vontade ou opinião do autor, têm sido empregues de uma forma intolerante, face a regras e sistemas morais diferentes e não dominantes.

## 5 — *Os aspectos psicológicos na obra de Durkheim*

O terceiro aspecto que nos parece interessante na obra de Durkheim, é a utilização que o autor faz de conceitos da psicologia. Já atrás tínhamos esclarecido o papel que o autor destinava à psicologia, no âmbito da educação: tratava-se de um método para cumprir os fins indicados pela psicologia.

Este papel de «método» que Durkheim reservava à psicologia, adquiria todo o seu sentido no acto pedagógico, ou melhor, na tentativa de compreensão das condutas individuais e colectivas que permitissem a resolução de problemas e a prescrição de actuações que constituíam o acto pedagógico em si.

A psicologia, na obra de Durkheim, tem duas orientações: uma psicologia de grupo propriamente dita, aplicável na sala de aula, e uma psicologia individual, na tentativa de compreensão da criança e da melhor forma de com ela lidar.

Torna-se necessário dizer que Durkheim, não sendo psicólogo, não recorre a um sistema psicológico «consistente», isto é, utiliza noções de «psicologia intuitiva», com todo o valor que este tipo de noções pode ter.

Assim, no campo da psicologia social, ou neste caso da psicologia de grupos, o que ressalta na obra do autor, é precisamente o óptimo trabalho de definição destes «grupos» que, para Durkheim, não resultam de uma simples interacção de personalidades, sendo sim, dotados de uma autonomia, isto é, um comportamento explícito que os define. Existe portanto (para o autor), uma dinâmica específica que caracteriza cada grupo em si.

O autor utiliza estas concepções, sobretudo no que diz respeito ao trabalho na sala de aula: «... Existe uma forma específica da psicologia, que tem uma grande importância para a pedagogia: é a psicologia colectiva. Com efeito, uma sala de aula é uma pequena sociedade, e torna-se impossível

conduzi-la como se ela fosse um simples aglomerado de sujeitos independentes uns dos outros...» (citado por Lourau, 1969, p. 1657).

Este é um exemplo da utilização que Durkheim faz da psicologia, neste caso da psicologia de grupos.

Mas outros exemplos existem, nomeadamente no que respeita à psicologia individual.

Assim, debruçando-se sobre a necessidade de desenvolver na criança aquilo que Durkheim acredita ser uma das bases da nova moral laica, estamos-nos a referir aqui à noção de «pertença aos grupos sociais», em que o autor ataca a concepção tradicional, segundo a qual a criança é um ser egoísta, virado para si próprio e incapaz de se ligar a um grupo exterior ao da família.

Depois de uma longa argumentação que visa provar o contrário, é extremamente interessante a definição e análise levada a cabo por Durkheim, dos termos «egoísta» e «altruísta». Assim, para o autor, e contrariamente às antigas definições, nas origens destas duas atitudes ou comportamentos, encontra-se a noção de «prazer», que deixaria portanto de ser privilégio dos «egoístas».

O que diferenciaria as duas atitudes, seria a direcção que esse prazer tomaria, quer dirigindo-se para si mesmo, quer para o exterior: «Assim, o que diferencia o altruísmo do egoísmo, não é a natureza do prazer que acompanha estas duas formas da nossa actividade sensível; é a direcção diferente que esta actividade toma nos dois casos; egoísta, ela não «sai» do sujeito de onde emana, ela é centrípeta; altruísta, espalha-se pelo exterior, irrompe do indivíduo. É fora dele que se encontram os centros à volta dos quais ela gravita; ela é centrífuga...» (Durkheim, 1938, p. 24).

Assim, uma vez aceite que a criança é um ser susceptível de acções altruístas, isto é, de dirigir o prazer para objectos externos, torna-se possível dirigir a actividade que tem como base esse prazer para objectos con-

cordantes com as regras que presidem à noção de «pertença aos grupos sociais».

O que na nossa opinião é extremamente interessante, é a intuição e engenho de Durkheim que, aliados a uma brilhante «fineza» de análise, nos vai introduzir, ainda que não de uma forma explícita e completa, termos que mais tarde virão a ser definidos na psicanálise: neste caso referimo-nos explicitamente às noções de sublimação, objecto de prazer, etc., que poderemos «detectar» particularmente neste pequeno «trabalho» sobre o «egoísmo» e o «altruísmo».

É com efeito este tipo de utilização que o autor faz da psicologia, uma psicologia «pré-científica», mas carregada de intuição e «engenho», que achamos extremamente interessante e original, e que se encontra em toda a obra de Durkheim.

## 6 — Conclusão

Numa rápida conclusão, cremos ter focalizado três dos aspectos que nos parecem mais interessantes e actuais da obra de Durkheim: As relações existentes entre a sociedade e o sistema educativo, as questões que se prendem aos aspectos morais da educação, e as suas posições face à psicologia, assim como o uso que o autor dela faz, referindo-se a questões educativas.

Cremos ter demonstrado também que a obra do autor deve ser compreendida, em parte, como estando relacionada com os problemas políticos e sociais da sua época, e que poderá ser interpretada como relevando da preocupação da definição do conteúdo da «sociedade civil» burguesa do princípio do século XX, isto é, da definição do conteúdo das superestruturas morais e culturais da República Laica.

De novo salientamos que, fazendo esta época parte da nossa história recente, nem por isso se poderá considerar como tratando-se de uma época definitivamente apagada do nosso presente, e daí o interesse do seu estudo.

No que diz respeito à utilização que o autor faz de alguns conceitos da psicologia, tornar-se-ia necessário sublinhar a preocupação de introduzir nas ciências da educação aspectos que relevam, quer de uma psicossociologia dos grupos, quer da psicologia individual propriamente dita.

Neste domínio, o autor foi portanto um dos predecessores de algumas correntes actuais que tentam englobar a psicologia nas «ciências» constitutivas das ciências da educação.

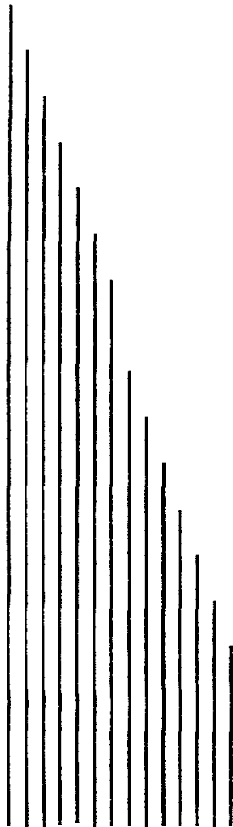
### RÉSUMÉ

*Dans cet article nous croyons avoir focalisé et analysé trois des aspects qui nous semblent être les plus intéressants et actuels de l'œuvre de Durkheim, en ce qui concerne les problèmes éducatifs:*

*Les rapports existants entre la société et son système éducatif, la question de l'éducation morale et quelques aspects relevant de la psychologie, dont l'auteur fait usage.*

### BIBLIOGRAFIA

- BIVAR, M. F. — *Ensino Primário e Ideologia*, Col. Educação e Ensino, Ed. Seara Nova, 1971.
- CHEVALIER, L. — *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses*, Lib. Generale Française, 1978.
- DURKHEIM, E. — *L'Éducation Morale*, Lib. Felix Alcan, Paris, 1938.
- DURKHEIM, E. — *Éducation et Sociologie*, PUF, Paris, 1966.
- DURKHEIM, E. — *La Science Sociale et L'Action*, PUF, Paris, 1970.
- GRISONI, D.; MAGGIORI, R. — *Ler Gramsci*, Ed. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1974.
- LOURAU, R. — «La société institutrice, Durkheim et les origines de la science de l'éducation» in *Temps Modernes*, n.º 273, 1969.
- MOLLO, S. — *L'École dans la Société*, Dunod, Col. Sciences de L'éducation, Paris, 1970.
- RIOUX, J. P. — *La Révolution Industrielle 1780-1880*, Ed. Du Seuil, Paris, 1971.



**PRÓXIMO NÚMERO:**

● **A CRIANÇA**  
**E**  
**A PSICOLOGIA**

**MORAES**  
editores

---

**DA NOSSA COLEÇÃO  
PSICOLOGIA E PEDAGOGIA  
DESTACAMOS:**

---

**ANN BURKITT**

**Aprender a viver com o sexo**  
100\$00

**CHARLES P. BOUTON**

**O Desenvolvimento da Linguagem  
(aspectos normais e patológicos)**  
400\$00

**GEORGES SNYDERS**

**Escola, Classes e Luta de Classes**  
(2.ª edição) 480\$00

**JEAN PIAGET**

**A Linguagem e o Pensamento  
da Criança**  
(2.ª edição) 300\$00

**MARCEL ROUET**

**O Comportamento Sexual  
da Mulher**  
(2.ª edição) 420\$00

**MAUD MANNONI**

**Um Lugar para Viver**  
355\$00

**MICHEL GILLY**

**Bom Aluno, Mau Aluno**  
480\$00

**PIERRE GOURGAND**

**As Técnicas de Trabalho de Grupo**  
(4.ª edição) 240\$00

**ROGER COUSINET**

**A Educação Nova**  
(4.ª edição) 200\$00

---

**MORAES EDITORES**

Rua do Século, 34, 2.º - 1200 Lisboa

Telef. 325391-327717-320636

LIVRARIA - Largo do Picadeiro, 11 - 1200 Lisboa

Telef. 323468

Distribuidora - DIGLIVRO - Rua das Chagas, 2 - 1200 Lisboa